

RESENHA

ASLAN, Reza. *Zelota: A vida e a época de Jesus de Nazaré*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013. 303 p. ISBN 9788537811528.

Pedro Luís de Toledo Piza¹

Quando Reza Aslan publicou sua obra *Zelota: A vida e a época de Jesus de Nazaré*, boa parte do mundo fervilhava com movimentos sociais que ocupavam as ruas, trazendo a malfadada esperança de mudanças no capitalismo globalizado a partir da mobilização popular em múltiplas frentes: Occupy Wall Street nos Estados Unidos, os Indignados na Espanha, a Primavera Árabe no Oriente Médio e Norte da África (iniciando pela chamada Revolução do Jasmim, na Tunísia), a ascensão do Syriza ao poder na Grécia. No próprio Brasil, o ano de 2013, quando da publicação do livro de Aslan, foi marcado pela ocupação de ruas e confrontos violentos entre manifestantes e policiais, inicialmente tendo como objetivo a conquista de um transporte público urbano gratuito e de qualidade, mas depois se esfacelando em uma série de mobilizações independentes abarcando grupos da mais extrema direita até a mais vigorosa esquerda. Combinado com o espírito de sua época encontra-se *Zelota*, de autoria de um iraniano radicado nos Estados Unidos que escreve com a consciência de quem habita no centro do império, mas que sabe como é carregar o peso de sua origem periférica. O foco de Aslan em seu livro é o resgate do único retrato histórico que considera ser possível e ponderado de Jesus de Nazaré: o de um líder revolucionário judeu com a ambição de ser o rei dos judeus prometido pelas escrituras hebraicas, com a consequente expulsão do Império Romano de Jerusalém e de toda a terra que Deus havia prometido e dado a Israel. Em si mesma, tal visão não traz muita inovação ao campo acadêmico, já tendo sido defendida por outros historiadores como John Dominic Crossan, por exemplo. O que Aslan traz de mais ousado em sua obra, contudo, é a identificação que faz de Jesus como alguém podendo ser visto como parte de um grupo de judeus bem distintos na Palestina do séc. I d.C. ao mesmo tempo por sua religiosidade veemente e por seu compromisso político de reivindicar a libertação de Israel e o

¹ Mestre pelo Programa de História Social da Universidade de São Paulo.

estabelecimento do Reino de Deus na terra: os zelotas, donde vem o título do livro.

Contudo, apesar de Aslan defender uma tese específica em seu livro (a de que Jesus de Nazaré era um líder judeu zelota), sua escrita possui um caráter muito mais narrativo do que analítico. A razão para tanto é explicitada logo nas primeiras páginas, a partir de uma breve apresentação autobiográfica: “Minha esperança com este livro é difundir as boas-novas do Jesus da história com o mesmo fervor que uma vez apliquei em espalhar a história do Cristo” (p. 13). Ele não espera que seu livro seja lido como uma obra propriamente acadêmica; justamente por isso ele evita utilizar notas de rodapé, preferindo fazer notas mais gerais sobre cada capítulo ao final do livro. Seu objetivo é apresentar uma contribuição para a conjuntura histórica que ele testemunhava enquanto escrevia o livro e preparava sua publicação. Nele, encontramos um líder revolucionário movido pelo zelo religioso e pela indignação com relação ao aparato de poder organizado em torno do Templo de Jerusalém que, por sua vez, sustentava o domínio cruento por parte do Império Romano.

Uma vez que, para sustentar sua tese, o contexto é fundamental, Aslan dedica toda a primeira parte do livro a apresentar um quadro geral da Palestina do século I d.C., dando especial atenção a dois fatores e um evento, respectivamente: o aparato de poder sacerdotal com um conseqüente processo de exclusão social do campesinato (classe social da qual Jesus fazia parte); a organização de formas de resistência a tal aparato, principalmente por meio de “mobilizações revolucionárias” como a revolta de Judas, o galileu, mais ou menos à época da infância de Jesus; e, por fim, como conseqüência de todo o exposto anteriormente, a Guerra Judaica, cuja repressão levou ao fim o judaísmo sacerdotal pré-rabínico. O objetivo maior de Aslan nessa primeira parte é demonstrar que Jesus estava longe de ser o único messias a aparecer na Palestina de seu tempo, o que ele faz com grande sucesso. Em um ponto do capítulo 5, inclusive, quando traçando uma narrativa acerca das várias repressões violentas executadas por Pilatos contra “movimentos revolucionários”, ele sagazmente insere o de Jesus como se fosse apenas mais um caso, e não justamente aquele sobre o qual vai se debruçar pelo resto do livro (p. 73). Contíguo a tal objetivo, porém, encontra-se a demonstração de como todos os líderes de tais movimentos eram encarados como “zelotas”, por conta de seu evidente zelo pela Lei Hebraica

e pelo compromisso de inaugurar o Reino de Deus, com a conseqüente expulsão dos romanos da terra dada por Deus ao povo judeu.

Aslan dedica a segunda parte de seu livro a tratar do caso específico de Jesus. A limitação documental aqui, contudo, é severa, com apenas os evangelhos canônicos constituindo a base para a narrativa de Aslan. O objetivo do autor é enquadrar Jesus de Nazaré como zelota, um líder revolucionário judeu muito diferente da imagem pacifista e distante dos problemas mundanos que seria construída, em sua visão, pelo cristianismo posterior para o seu Cristo. Aslan constrói sua narrativa basicamente selecionando trechos dos evangelhos que corroboram sua tese, ao mesmo tempo que descartando outros que considera como tradições posteriores ou mesmo tentativas conscientes de desvirtuar o sentido original da ação de Jesus como líder revolucionário. O princípio fundamental da narrativa construída pelo autor é de que os escritores dos evangelhos certamente não gostariam de compartilhar o destino dos judeus revoltosos passados a fio de espada pelos soldados de Roma. Deste modo, era necessário que eles apresentassem seu mestre como o mais conforme possível ao *status quo* do presente dos próprios autores. Episódios evangélicos que corroborem a visão de seus autores devem ser descartados como desvirtuamentos, ao passo que trechos em franca contradição com tal objetivo devem ser considerados como mais próximos do Jesus histórico.

No fim, contudo, Jesus acaba executado pelas autoridades romanas como todos os outros messias. Como, portanto, ele pode ter sido lembrado, ao passo que os outros não (ou incomparavelmente menos do que ele)? Para além disso, como um messias morto na cruz passa a ser proclamado como Deus? Esse é o foco da terceira parte, na qual Aslan visa expor a rachadura no movimento cristão logo em seu primeiro século de existência, com dois grupos básicos se organizando em torno de Paulo, por um lado, e Tiago, o irmão de Jesus, por outro. Paulo é colocado como o responsável pela fundação do cristianismo vigente até os dias de hoje, ao passo que o movimento judeu organizado por Jesus de Nazaré morre junto com Tiago e com seus seguidores subsequentemente perseguidos e excluídos da ortodoxia paulina nos séculos posteriores.

O trabalho de Aslan é brilhante no quesito contextualização. Com a descrição dos movimentos messiânicos e da retórica de seus líderes, ele realmente consegue encaixar Jesus de Nazaré em uma corrente de mobilizações populares

da Palestina do século I d.C. Tal esforço permite ao leitor compreender melhor as razões por trás da execução de Jesus, pois ele passa a enxergar como atitudes, como a entrada triunfal em Jerusalém e o ataque aos cambistas e mercadores do Templo, seriam recebidas pelo povo e pelas autoridades. Ao mesmo tempo, contudo, a narrativa de Aslan sofre com falhas em pontos fundamentais que prejudicam a qualidade do material final, muito provavelmente fruto de sua tentativa de síntese de um tema tão denso em tão poucas páginas.

Um primeiro problema envolve o campo semântico de alguns conceitos fundamentais utilizados pelo autor. Ele, por exemplo, utiliza recorrentemente o termo “revolucionário”, tanto como substantivo referente a grupos ou pessoas engajadas em revoltas, quanto como adjetivo referente às mesmas pessoas, sem nunca fazer sequer uma discussão conceitual básica. É certamente tentador ver em Jesus de Nazaré, por exemplo, um revolucionário visando derrubar um sistema de exploração marginalizante, especialmente, como já visto, quando da publicação da obra. Contudo, o campo semântico dos conceitos de “revolução” e “revolucionário” possui sua própria história, sobre a qual existem vários ensaios clássicos, como os de Reinhart Kosseleck, por exemplo. A falta de qualquer ideia de progresso nos grupos revoltosos descritos por Aslan (a menos que se queira inserir em tal conceito o advento do Reino de Deus, o que seria altamente questionável) simplesmente torna o seu uso do conceito de “revolução” anacrônico.

Um segundo problema é de caráter metodológico e envolve a abordagem das fontes por Aslan. Na verdade, ele nunca detalha qual é sua metodologia de utilização dos evangelhos como fonte histórica, o que em si já é um problema, considerando que esse é um tema caro aos estudiosos do Jesus histórico. Na falta de um critério definido, por vezes sua seleção aparenta arbitrariedade, principalmente quando ele passa ao largo de trechos dos evangelhos que contrariam suas visões sem sequer discuti-las. Um exemplo é o famoso caso do centurião romano que tem seu escravo curado por Jesus, o qual enaltece sua fé como uma não encontrada nem mesmo dentre os israelitas (cf. Mateus 8,5-13; Lucas 7,1-10). Como conciliar tal episódio com a visão do autor de um Jesus intransigente com o Império Romano e seus agentes? E se este episódio de cura é uma construção posterior, quais são os critérios de análise do texto que nos permitem considerá-lo como tal, uma vez que é muito semelhante a tantos outros

que Aslan utiliza em seu texto? De fato, não aceitar a historicidade de um trecho de um evangelho está dentro das competências do historiador, mas ele não pode fingir que o mesmo não existe.

Um terceiro problema encontra-se na própria seleção das fontes e em seu peso para a análise. Logo ao início do livro, Aslan afirma que os textos de Marcos e Q (conjunto de frases atribuídas a Jesus que se encontram tanto em Mateus quanto em Lucas) terão um peso particularmente maior na análise do que o evangelho de João, uma escolha comum entre os estudiosos do Jesus histórico. No entanto, em um ponto central da narrativa, a saber, o ponto em que Jesus é invocado textualmente como alguém que manifesta um zelo particular pelo Templo (ou seja, um “zelota”, na leitura de Aslan), não é a Marcos ou a Q que o autor recorre, e sim ao bem posterior evangelho de João (pp. 99-100). Ocorre que este é o único trecho que destaca textualmente o “zelo” de Jesus, o que o torna imprescindível para o retrato executado por Aslan.

Todos esses problemas não são singulares do trabalho de Aslan. Na verdade, são questões levantadas por muitos estudiosos a respeito das limitações científicas de um estudo sobre o Jesus histórico. Os poucos documentos que temos à disposição para tanto são de natureza claramente devocional e com objetivos teológicos bem específicos. Não são um espelho pelo qual podemos ter acesso direto a um personagem histórico, mas sim receptores e transmissores (ou seja, mediadores de informação). O próprio Aslan reconhece logo em sua introdução a existência de tais questionamentos: “Longe vão os dias de glória da ‘busca pelo Jesus histórico’, quando os estudiosos proclamavam confiantes que as ferramentas científicas modernas e a pesquisa histórica nos permitiriam descobrir a verdadeira identidade de Jesus” (p. 23). O questionamento de tal abordagem dos evangelhos advém sobretudo da multiplicidade de retratos advindos de diferentes autores, com diferentes critérios de análise: Aslan preferiu o Jesus revolucionário de John Dominic Crossan, enquanto Geza Vermes preferiu o rabi também parte de uma longa sequência de rabis sábios e curandeiros. Outros ainda, como John J. Collins, inserem Jesus entre os vários profetas escatológicos do judaísmo da virada do milênio.

Talvez Rudolf Bultmann estivesse certo ao dizer (como o próprio Aslan recorda na p. 23) que os estudiosos que aderem a tal empreitada tendem a ver o Jesus que eles mesmos querem ver. A própria escolha do tema aponta nesse

sentido: como é possível um estudo de um carpinteiro judeu crucificado por Roma não possuir um caráter teleológico? Esse camponês seria objeto de um campo de estudos próprio se não fosse seu óbvio impacto cultural na civilização ocidental? Considerando tal impacto, não seria melhor preferirmos, enquanto historiadores, o estudo do Cristo como personagem de narrativas que possuem, elas mesmas, um objetivo específico na forma como o retratam? De fato, a narrativa sobre Jesus que Aslan opta em fazer é um produto do seu tempo, do mesmo modo que os evangelhos o são do seu próprio. Em outras palavras, com uma abordagem científica apropriada, o Cristo dos evangelhos tem muito a nos informar sobre as circunstâncias vividas pelos próprios autores, muito mais do que sobre o camponês nazareno crucificado. Não à toa, a parte mais sagaz do texto de Aslan é aquela em que ele insere Jesus como mais um em uma longa corrente de messias executados por Roma. Daí depreendemos que em um estudo mais abrangente sobre formas de liderança popular na Palestina do século I d.C. (ou mesmo no Império Romano em geral) o Jesus histórico certamente encontraria uma relevância e peso narrativo bem mais singulares.